



## DECLARAÇÃO DA UGT

A UGT sempre se bateu pelo diálogo social, pela negociação coletiva e pela concertação social, como elementos estruturantes do Portugal democrático.

A democracia assenta no voto dos cidadãos nas eleições políticas, mas tem que ser também uma democracia de participação em que assumem papel relevante o diálogo bi e tripartido.

Sempre assumimos que o diálogo social não pode ter apenas um carácter de informação e consulta mas deve conduzir à celebração de acordos, que traduzam compromissos mutuamente vantajosos.

A UGT celebra este Acordo basicamente por 3 razões:

Em primeiro lugar, porque queremos contribuir para uma resposta à situação dramática que vivem hoje muitas centenas de milhares de portugueses, atingidos pelo desemprego, pela insegurança no emprego e, muitas vezes, por situações de pobreza e exclusão.

Só podemos sair da atual crise por políticas de Crescimento e Emprego e por isso sempre dissemos que não aceitaríamos qualquer acordo virado apenas para a competitividade, mas que o mesmo tinha que ter como bases fundamentais o **Crescimento e o Emprego**.

Só com Crescimento e Emprego é possível gerar recursos que permitam criar e manter os postos de trabalho e gerar riqueza, a qual deve não só servir para combater os desequilíbrios orçamentais e financeiros, mas também permitir uma mais equitativa distribuição de rendimentos.

Em segundo lugar, porque estamos hoje sujeitos a um Memorando de Entendimento com a Troika que Portugal tem que cumprir, mas sempre entendemos que tem que haver flexibilização na sua aplicação e ter presente a necessidade de ajustamentos que respondam melhor às necessidades do País e dos portugueses.

A UGT **não negociou, nem acordou este Memorando**, mas sempre assumimos que sem apoio externo estaríamos hoje em pior situação.

Ao analisar as medidas deste Compromisso na área laboral, muitos ignoram completamente ou querem esquecer o conteúdo do Memorando e não referem minimamente as medidas do compromisso que estão incluídas no Memorando e como agora são abordadas, as que não foram incluídas e as que são novas.

Invocam-se mesmo medidas que já estão em execução (como a 1ª fase de redução das compensações) e não se refere minimamente o modo positivo como foram tratadas várias delas, como é o caso do subsídio de desemprego.

Também se pretende ignorar o papel fundamental que assumem os acordos individuais e a negociação coletiva e não o posso, quero e mando dos empregadores, que muitos pretenderiam, de que é bom exemplo a abordagem ao Banco de Horas.

Para a UGT este Acordo significa aceitar a necessidade de reformas estruturais que apostam nos trabalhadores e na melhoria das suas qualificações e em novos processos, tecnologias e inovação.

Precisamos de medidas de ataque à economia clandestina, da promoção da melhoria da capacidade técnica das empresas e de uma melhor resposta da Administração Pública às necessidades dos cidadãos e das empresas mas, também aqui, assente na motivação e participação dos trabalhadores e dos seus sindicatos.

Este Acordo tem que significar o fim da pressão para a desregulação laboral e social, que a nada conduz.

Este Acordo também significa para a UGT um compromisso bi e tripartido para a retoma efetiva da negociação coletiva, fundamental para assegurar a conciliação da vida de trabalho com a vida familiar e com soluções negociadas de adaptabilidade à mudança.

O conflito torna-se muitas vezes necessário para assegurar condições para a celebração de Acordos.

A UGT considera fundamental o reforço do diálogo político e social que contribuam para uma efetiva mobilização para a saída da crise com coesão económica e social.

Não queremos cair em situações dramáticas como as que vivem hoje os trabalhadores e a população da Grécia, devido à imposição de medidas que conduziram aos conflitos e à entrada num ciclo vicioso de recessão e cada vez maiores sacrifícios.

**Em conclusão:**

Os portugueses viveram situações muito difíceis nos últimos 3 anos. Em 2012 vão enfrentar situações dramáticas em termos de recessão e desemprego.

Só conseguiremos ultrapassar a crise com crescimento e emprego e com respostas sociais.

Precisamos de criação de emprego e de uma particular atenção à situação dos jovens e dos desempregados e de equidade e justiça social.

Lisboa, 18 de janeiro de 2012